



**Auditoria,  
Fiscalização e  
Licitação de  
Contratos de  
TI**

**Multibancas**

**Exercícios**



**PROVAS DE TI**  
TUDO PARA VOCÊ PASSAR

<http://www.itnerante.com.br/group/contratos-e-auditoria-de-ti>  
[www.provasdeti.com.br](http://www.provasdeti.com.br)

[www.professorgabrielpacheco.com.br](http://www.professorgabrielpacheco.com.br)







# Conteúdo Programático.

- 🌀 Lição 00 – Apresentação do Curso.
- 🌀 Lição 01 – Lei 8.666 e legislação aplicável às Contratações de TI.
- 🌀 Lição 02 – Apresentação da IN-04/2014.
- 🌀 Lição 03 – Planejamento da Contratação.
- 🌀 Lição 04 – Seleção do Fornecedor.
- 🌀 Lição 05 – Gestão do Contrato.
- 🌀 Lição 06 – Resoluções CNJ (90, 99 e 182).

# Características do curso.

- Mais de 20 exercícios detalhadamente comentados.
- 3 simulados, sendo 1 para teste inicial dos conhecimentos e os demais para testarem seus conhecimentos no decorrer do curso.
- Principais exercícios de 2013 até hoje, mesmo considerando já a divulgação da IN-04/2014. [ADAPTADA]
- 2 listas de exercícios com quase 200 exercícios para que o aluno possa praticar.
- Legislação de apoio para todo o conteúdo aqui trabalhado.
- Possibilidade de entrar no meu Master mind (maiores informações na minha página e na rede Itnerante).

# Fontes Bibliográficas.

-  [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)
-  [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)
-  [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)
-  [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)
-  <https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=175:29>
-  [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)

# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

🌀 **Modalidade** é o como ocorre um jogo, quando falamos em licitação, e que o tipo é a regra do jogo para o seu cumprimento. (ConTopre ConConLe)

🌀 *Art. 22. São modalidades de licitação:*

🌀 *I - concorrência;*

🌀 *II - tomada de preços;*

🌀 *III - convite;*

🌀 *IV - concurso;*

🌀 *V - leilão.*

🌀 *§ 8º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas neste artigo.*



# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

🌀 **Tipo de licitação** diz respeito ao critério de julgamento da licitação. podem ser divididos em:

- 🌀 *menor preço;*
- 🌀 melhor técnica;
- 🌀 *técnica e preço;*
- 🌀 maior lance.

# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

Objeto	Modalidade	Valor R\$
Obras e Serviços de Engenharia	Convite	Até 150.000
	Tomada de Preços	Até 1.500.000
	Concorrência	Acima de 1.500.000
Compras e serviços não referidos anteriormente	Convite	Até 80.000
	Tomada de Preços	Até 650.000
	Concorrência	Acima de 650.000

# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

5 dias

Concurso.

Concorrência – empreitada integral.

(Melhor técnica ou técnica e preço).

10 dias

Concorrência (casos não especificados anteriormente).

Tomada de preços – melhor técnica e técnica e preço.

5 dias

Tomada de preços (casos não especificados anteriormente).

Leilão.

5 dias (úteis)

Convite.

Estes prazos deverão ser contados a partir da última publicação do edital resumido, ou da expedição do convite, ou da disponibilidade do edital ou do convite.



# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

☞ São fases da licitação, conforme a Lei 8.666:

- ☞ Edital.
- ☞ Habilitação.
- ☞ Classificação.
- ☞ Homologação.
- ☞ Adjudicação.

# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

🌀 Chama-se **edital** o documento através do qual a instituição compradora estabelece todas as condições da licitação que será realizada e divulga todas as características do bem ou serviço que será adquirido.

🌀 **Habilitação** nessa fase, verificam-se as condições dos licitantes. (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista).

🌀 **Julgamento/Classificação** é a fase que se verifica se o produto ou serviço oferecido pelos licitantes está de acordo com o que está indicado no edital.

🌀 **Homologação** é verificado se o processo licitatório ocorreu de acordo com todas as regras legais e com o edital.

🌀 **Adjudicação** é entregue o objeto da licitação ao vencedor.

# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

## **(CGE-PI – Auditor – Tecnologia da Informação – 2015)**

A respeito da contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.666/1993.

[151] A modalidade de licitação por leilão pode ocorrer entre os interessados, previamente cadastrados, que atendam aos requisitos exigidos para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas.

# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

## **(CGE-PI – Auditor – Tecnologia da Informação – 2015)**

A respeito da contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.666/1993.

[151] A modalidade de licitação por leilão pode ocorrer entre os interessados, previamente cadastrados, que atendam aos requisitos exigidos para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas.



# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

**(TCE-CE – Tecnologia da Informação – 2015 – FCC)**

[55] Um Tribunal de Contas está adquirindo um equipamento de armazenamento de dados em meio magnético. Na licitação emitida pelo Tribunal, todos os preços dos fornecedores estrangeiros poderão ser expressos em dólar norte-americano, porém, os participantes nacionais da licitação não poderão cotar em dólar, mas somente em reais.

Considerando a Lei no 8.666/1993, esse procedimento está

- (A) correto, pois são permitidas cotações em moeda estrangeira em licitações, somente quando o licitante for estrangeiro.
- (B) incorreto, pois não são permitidas licitações públicas em moeda estrangeira.
- (C) incorreto, pois não é permitido fornecedores nacionais ou importadores em território nacional para que seja possível cotar em moeda de outro país.
- (D) incorreto, pois a única moeda estrangeira permitida em licitações é o peso, moeda utilizada no Mercosul.
- (E) incorreto, pois a lei exige igual tratamento entre fornecedores estrangeiros e nacionais.



# Lei 8.666 nas Contratações de TI.

**(TCE-CE – Tecnologia da Informação – 2015 – FCC)**

[55] Um Tribunal de Contas está adquirindo um equipamento de armazenamento de dados em meio magnético. Na licitação emitida pelo Tribunal, todos os preços dos fornecedores estrangeiros poderão ser expressos em dólar norte-americano, porém, os participantes nacionais da licitação não poderão cotar em dólar, mas somente em reais.

Considerando a Lei no 8.666/1993, esse procedimento está

- (A) correto, pois são permitidas cotações em moeda estrangeira em licitações, somente quando o licitante for estrangeiro.
- (B) incorreto, pois não são permitidas licitações públicas em moeda estrangeira.
- (C) incorreto, pois não é permitido fornecedores nacionais ou importadores em território nacional para que seja possível cotar em moeda de outro país.
- (D) incorreto, pois a única moeda estrangeira permitida em licitações é o peso, moeda utilizada no Mercosul.
- (E) incorreto, pois a lei exige igual tratamento entre fornecedores estrangeiros e nacionais.

# Legislação aplicável às Contratações de TI.

## Lei 10.520/2002.

🌀 *Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

🌀 *Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

🌀 A maioria dos bens e serviços que temos atualmente de Tecnologia da Informação podem sim ser considerados como bens e serviços comuns.

# **Legislação aplicável às Contratações de TI.**

## **Decreto 5.450/2005.**


🌀 *Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bem e serviços comuns, e dá outras providências.*

🌀 (...)

🌀 *Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.*

# **Legislação aplicável às Contratações de TI.**

## **Decreto 3.555/2000.**

 *Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.*



# Legislação aplicável às Contratações de TI.

## **(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)**

[75] De acordo com o Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, é correto afirmar que:

- a) a homologação do resultado da licitação compete ao Pregoeiro.
- b) até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- c) deve ser realizado obrigatoriamente na modalidade eletrônica, através do portal de compras governamentais ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).
- d) essa modalidade de licitação se destina à contratação de qualquer tipo de bens ou serviços.
- e) o único critério de seleção do fornecedor é o de menor preço.



# Legislação aplicável às Contratações de TI.


## **(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)**

[75] De acordo com o Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, é correto afirmar que:

- a) a homologação do resultado da licitação compete ao Pregoeiro.
- b) até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- c) deve ser realizado obrigatoriamente na modalidade eletrônica, através do portal de compras governamentais ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).
- d) essa modalidade de licitação se destina à contratação de qualquer tipo de bens ou serviços.
- e) o único critério de seleção do fornecedor é o de menor preço.

# **Legislação aplicável às Contratações de TI.**

## **Decreto 7.174/2010.**

 *Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.*

# Legislação aplicável às Contratações de TI.

## Lei 8.248/1991.

⚙️ *Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.*

⚙️ *Art. 5º Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:*

⚙️ *I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;*

⚙️ *II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e*

⚙️ *III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.*

⚙️ *Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do caput terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.*

# Legislação aplicável às Contratações de TI.

## (TCE-CE – Tecnologia da Informação – 2015 – FCC)

[56] Uma empresa fornecedora de soluções em Tecnologia da Informação pretende beneficiar-se dos incentivos fiscais da Lei no 8.248/1991 em uma operação de fornecimento de equipamentos receptores de sinal televisivo. Esses benefícios

- (A) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de radiodifusão.
- (B) não serão concedidos, pois a lei trata de regras de licitação e não de benefícios fiscais.
- (C) não serão concedidos, pois equipamentos receptores de sinal televisivo encontram-se numa lista de exceção da lei.
- (D) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de som.
- (E) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de imagem.



# Legislação aplicável às Contratações de TI.

## (TCE-CE – Tecnologia da Informação – 2015 – FCC)

[56] Uma empresa fornecedora de soluções em Tecnologia da Informação pretende beneficiar-se dos incentivos fiscais da Lei no 8.248/1991 em uma operação de fornecimento de equipamentos receptores de sinal televisivo. Esses benefícios

(A) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de radiodifusão.

(B) não serão concedidos, pois a lei trata de regras de licitação e não de benefícios fiscais.

(C) não serão concedidos, pois equipamentos receptores de sinal televisivo encontram-se numa lista de exceção da lei.

(D) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de som.

(E) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de imagem.



# Apresentação da IN-04.

🌀 Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:

🌀 I - mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato; e

🌀 II - gestão de processos de Tecnologia da Informação, incluindo gestão de segurança da informação.

🌀 Parágrafo único. O apoio técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade das Soluções de Tecnologia da Informação poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

# **Apresentação da IN-04.**

**(TJ – AP – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)**

Um órgão sujeito à Instrução Normativa no 04 de 2014 pretende contratar duas soluções diferentes de TI em um mesmo contrato, em razão das duas pertencerem ao mesmo fornecedor. Esse procedimento é [ADAPTADA]

- a) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do melhor aproveitamento do orçamento planejado.
- b) incorreto, pois não poderão ser objeto de contratação mais de uma solução de TI em um único contrato.
- c) incorreto, caso não trate de contratação de serviços de gerenciamento de processos de TI.
- d) correto, desde que sejam várias soluções de um único fornecedor.
- e) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do gasto público dentro do limite do possível.

# Apresentação da IN-04.

**(TJ – AP – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)**

Um órgão sujeito à Instrução Normativa no 04 de 2014 pretende contratar duas soluções diferentes de TI em um mesmo contrato, em razão das duas pertencerem ao mesmo fornecedor. Esse procedimento é [ADAPTADA]

- a) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do melhor aproveitamento do orçamento planejado.
- b) incorreto, pois não poderão ser objeto de contratação mais de uma solução de TI em um único contrato.
- c) incorreto, caso não trate de contratação de serviços de gerenciamento de processos de TI.
- d) correto, desde que sejam várias soluções de um único fornecedor.
- e) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do gasto público dentro do limite do possível.

# Apresentação da IN-04.

🌀 DOD, o documento que efetivamente inicia o planejamento da Contratação, falando do encaminhamento da necessidade de aquisição por parte da Área Requisitante para a Área de TI.

🌀 *Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:*

🌀 *I - Área Requisitante da Solução: unidade do órgão ou entidade que demande a contratação de uma Solução de Tecnologia da Informação;*




# **Apresentação da IN-04.**

 *Art. 8º As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases:*

 *I - Planejamento da Contratação;*

 *II - Seleção do Fornecedor; e*

 *III - Gestão do Contrato.*



# **Apresentação da IN-04.**

**(MP-MA – Analista Ministerial – Segurança da Informação – 2013 - FCC).**

De acordo com a Instrução Normativa 04 de 12/11/2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases, quais sejam:  
[ADAPTADA]

- a) oficialização da Demanda; Seleção do Processo de Licitação e Capacitação Tecnológica.
- b) Análise de Viabilidade; Escrita do Contrato e Gerenciamento dos Recursos de TI.
- c) Planejamento da Contratação; Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato.
- d) Avaliação das Necessidades; Estimativa do Orçamento e Implantação da Solução de TI.
- e) Planejamento da Solução de TI; Seleção dos Fornecedores de TI e Implantação da Solução de TI.

# **Apresentação da IN-04.**

**(MP-MA – Analista Ministerial – Segurança da Informação – 2013 - FCC).**

De acordo com a Instrução Normativa 04 de 12/11/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases, quais sejam:  
[ADAPTADA]

- a) oficialização da Demanda; Seleção do Processo de Licitação e Capacitação Tecnológica.
- b) Análise de Viabilidade; Escrita do Contrato e Gerenciamento dos Recursos de TI.
- c) Planejamento da Contratação; Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato.
- d) Avaliação das Necessidades; Estimativa do Orçamento e Implantação da Solução de TI.
- e) Planejamento da Solução de TI; Seleção dos Fornecedores de TI e Implantação da Solução de TI.

# **Apresentação da IN-04.**

## **(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)**

[56] A Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal, prevê que as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases. Essas fases são:

- a) planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato.
- b) estudo técnico preliminar, análise de riscos e elaboração do projeto básico.
- c) elaboração de projeto básico, realização de licitação e assinatura do contrato.
- d) instituição da comissão de licitação, realização da licitação e assinatura do contrato.
- e) análise de riscos, elaboração de projeto básico e contratação.

# Apresentação da IN-04.

## **(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)**

[56] A Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal, prevê que as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases. Essas fases são:

- a) planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato.
- b) estudo técnico preliminar, análise de riscos e elaboração do projeto básico.
- c) elaboração de projeto básico, realização de licitação e assinatura do contrato.
- d) instituição da comissão de licitação, realização da licitação e assinatura do contrato.
- e) análise de riscos, elaboração de projeto básico e contratação.



# Apresentação da IN-04.

## Fases da Contratação de Acordo com a IN 04.

Fases da Contratação de Acordo com a IN 04.				
Prévia à IN 04.		Planejamento da Contratação	Seleção do Fornecedor	Gestão do contrato
Responsáveis	Planejamento de TI	<ul style="list-style-type: none"><li>• EGTIC.</li><li>• PEI – Plano estratégico institucional.</li><li>• PETI – Plano Estratégico de TI.</li><li>• PDTI - Plano Diretor de TI (único obrigatório aos órgãos vinculados à IN 04).</li></ul>		
	Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"><li>• PSI – Plano de Segurança da Informação.</li><li>• PCN – Plano de Continuidade do Negócio.</li></ul>		



# Planejamento da Contratação.

🌀 *Art. 9º A fase de Planejamento da Contratação consiste nas seguintes etapas:*

🌀 *I - Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;*

🌀 *II - Estudo Técnico Preliminar da Contratação;*

🌀 *III – Análise de Riscos; e*

🌀 *IV - Termo de Referência ou Projeto Básico.*

🌀 *§ 1º Os documentos resultantes das etapas elencadas nos incisos II e III deste artigo poderão ser consolidados em um único documento, a critério da Equipe de Planejamento da Contratação.*

# Planejamento da Contratação.

🌀 Art. 9º (...)

🌀 § 2º *Exceto no caso em que o órgão ou entidade seja partícipe da licitação, quando são dispensáveis as etapas III e IV do caput deste artigo, é obrigatória a execução de todas as etapas da fase de Planejamento da Contratação, independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de: (Redação dada pela Instrução Normativa N° 2, de 12 de janeiro de 2015)*

🌀 I - *inexigibilidade;*

🌀 II - *dispensa de licitação ou licitação dispensada;*

🌀 III - *criação e adesão à Ata de Registro de Preços; e*

🌀 IV - *contratações com uso de verbas de organismos internacionais, como Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e outros.*

# Planejamento da Contratação.

🌀 *Art. 11. A fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento pela Área de Tecnologia da Informação do Documento de Oficialização da Demanda -DOD, a cargo da Área Requisitante da Solução, para instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, que conterà no mínimo:*

🌀 *I - necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas da instituição, bem como o seu alinhamento ao PDTI;*

🌀 *II - explicitação da motivação e demonstrativo de resultados a serem alcançados com a contratação da Solução de Tecnologia da Informação;*


🌀 *(...)*

# Planejamento da Contratação.

- III - indicação da fonte dos recursos para a contratação; e
- IV - indicação do Integrante Requisitante para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.
- § 1º Após o recebimento do DOD, a Área de Tecnologia da Informação avaliará o alinhamento da contratação ao PDTI e indicará o Integrante Técnico para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.
- § 2º O DOD será encaminhado à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá:
  - I - decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;
  - II - indicar o Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação; e
  - III - instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme exposto no art. 2º, inciso IV.



# Planejamento da Contratação.

 Art. 3º *Em consonância com o art. 4º do Decreto nº7.579, de 2011, o órgão central do SISP elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação -EGTIC para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP. (Redação dada pela Instrução Normativa N° 2, de 12 de janeiro de 2015).*

# Planejamento da Contratação.

🌐 *Decreto 7.579/2011:*

🌐 *Art. 3º Integram o SISP:*

🌐 *I - como Órgão Central, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;*

# Planejamento da Contratação.

🌐 IN 04/2014, Art. 2º, inciso XXVII

🌐 PDTI é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

# Planejamento da Contratação.

🌀 Art. 4º *As contratações de que trata esta IN deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação -PDTI.*

🌀 § 1º *O PDTI deverá estar alinhado à EGTIC e ao plano estratégico institucional e aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do órgão ou entidade. (Redação dada pela Instrução Normativa N° 2, de 12 de janeiro de 2015)*

🌀 § 2º *Inexistindo o PDTI, o órgão ou entidade deverá proceder à sua elaboração, observando, no que couber, o Guia de Elaboração de PDTI do SISP, acessível no Portal do SISP.*



# Planejamento da Contratação.

🌀 Art. 2º Para fins desta IN, considera-se: IV - Equipe de Planejamento da Contratação: equipe responsável pelo planejamento da contratação, composta por:

🌀 a) Integrante Técnico: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área;

🌀 b) Integrante Administrativo: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área;

🌀 c) Integrante Requisitante: servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área.

# Planejamento da Contratação.

## **(TJ – AP – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)**

Um órgão que não possui um planejamento estratégico documentado planeja adquirir soluções de TI. Ele é integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISPI do Poder Executivo Federal, e está sujeito à Instrução Normativa nº 04 de 2014. Nesse caso, o órgão [ADAPTADA]

- a) não pode realizar as aquisições, pois o planejamento estratégico que deve ser desenvolvido a cada três anos e deve ser revisado em igual período, é instrumento fundamental para liberar recursos financeiros para a contratação de soluções de TI.
- b) pode realizar as aquisições sem restrições, uma vez que essa modalidade de compras é tratada como exceção na IN 04/2010.
- c) pode realizar as aquisições utilizando o documento de planejamento existente no órgão ou entidade, a exemplo do Plano Plurianual ou instrumento equivalente, registrando no PDPI a ausência do planejamento estratégico do órgão e indicando os documentos utilizados.
- d) pode realizar as aquisições sem necessidade de planejamento, desde que sejam garantidos os critérios de aceitação das soluções adquiridas, através de ações de inspeção pelo fiscal técnico do contrato.
- e) pode realizar as aquisições, porém, a execução da contratação terá início com o recebimento pela área de oficialização de demanda do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da área responsável pela fiscalização técnica.

# Planejamento da Contratação.

**(TJ – AP – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)**

Um órgão que não possui um planejamento estratégico documentado planeja adquirir soluções de TI. Ele é integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP do Poder Executivo Federal, e está sujeito à Instrução Normativa nº 04 de 2014. Nesse caso, o órgão [ADAPTADA]

a) não pode realizar as aquisições, pois o planejamento estratégico que deve ser desenvolvido a cada três anos e deve ser revisado em igual período, é instrumento fundamental para liberar recursos financeiros para a contratação de soluções de TI.

b) pode realizar as aquisições sem restrições, uma vez que essa modalidade de compras é tratada como exceção na IN 04/2010.

c) pode realizar as aquisições utilizando o documento de planejamento existente no órgão ou entidade, a exemplo do Plano Plurianual ou instrumento equivalente, registrando no PDTI a ausência do planejamento estratégico do órgão e indicando os documentos utilizados.

d) pode realizar as aquisições sem necessidade de planejamento, desde que sejam garantidos os critérios de aceitação das soluções adquiridas, através de ações de inspeção pelo fiscal técnico do contrato.

e) pode realizar as aquisições, porém, a execução da contratação terá início com o recebimento pela área de oficialização de demanda do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da área responsável pela fiscalização técnica.

# Planejamento da Contratação.

## **(ANAC – Tecnologia da Informação – 2015 – ESAF)**

[3] A IN SLTI 04/2014, Art. 4º, parágrafo único, determina que se o órgão não possuir um Planejamento Estratégico Institucional formalizado deverá [ADAPTADA]

- a) buscar o alinhamento por meio de outros instrumentos norteadores equivalentes.
- b) limitar-se a contratações inferiores a R\$ 80.000,00 enquanto a deficiência não for sanada.
- c) restringir as contratações a bens de TI, evitando a contratação de serviços de TI.
- d) utilizar o PDTI como instrumento norteador.
- e) suspender seus processos de contratação enquanto a deficiência não for sanada.



# Planejamento da Contratação.

## (ANAC – Tecnologia da Informação – 2015 – ESAF)

[3] A IN SLTI 04/2014, Art. 4º, parágrafo único, determina que se o órgão não possuir um Planejamento Estratégico Institucional formalizado deverá [ADAPTADA]

- a) buscar o alinhamento por meio de outros instrumentos norteadores equivalentes.
- b) limitar-se a contratações inferiores a R\$ 80.000,00 enquanto a deficiência não for sanada.
- c) restringir as contratações a bens de TI, evitando a contratação de serviços de TI.
- d) utilizar o PDTI como instrumento norteador.
- e) suspender seus processos de contratação enquanto a deficiência não for sanada.

# Planejamento da Contratação.

## **(MJ – Gerente de Projetos de TI – Funcab – 2015)**

A Instrução Normativa nº 4, de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão considera que a equipe de planejamento da contratação é composta por três tipos de integrantes: [ADAPTADA]

- a) técnico, administrativo e requisitante.
- b) gerencial, específico e técnico.
- c) administrativo, final e controlador.
- d) específico, gerencial e requisitante.
- e) controlador, final e verificador.

# Planejamento da Contratação.

## **(MJ – Gerente de Projetos de TI – Funcab – 2015)**

A Instrução Normativa nº 4, de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão considera que a equipe de planejamento da contratação é composta por três tipos de integrantes: [ADAPTADA]

- a) técnico, administrativo e requisitante.
- b) gerencial, específico e técnico.
- c) administrativo, final e controlador.
- d) específico, gerencial e requisitante.
- e) controlador, final e verificador.

# Planejamento da Contratação.

🌀 IN – 02/2008. (...)

🌀 “Art. 15. O Termo de Referência ou Projeto Básico deverá conter:

🌀 I - a justificativa da necessidade da contratação, dispondo, dentre outros, sobre:

🌀 a) motivação da contratação;

🌀 b) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;

🌀 c) conexão entre a contratação e o planejamento existente; (...)”



# Planejamento da Contratação.

🌀 Art. 14. O Termo de Referência ou Projeto Básico será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

🌀 I - definição do objeto da contratação, conforme art. 15;

🌀 II - justificativa para contratação e descrição da Solução de Tecnologia da Informação, conforme art. 16;

🌀 III - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 17;

🌀 IV - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 18;

# Planejamento da Contratação.

- ⚙️ V - *Modelo de Execução do contrato, conforme art. 19;*
- ⚙️ VI - *Modelo de Gestão do contrato, conforme art. 20;*
- ⚙️ VII - *estimativas de preços da contratação, conforme art. 22;*
- ⚙️ VIII - *adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 23;*
- ⚙️ IX - *regime de execução do contrato, conforme art. 24; e*
- ⚙️ X - *critérios para seleção do fornecedor, conforme art. 25.*  
(...)

# Planejamento da Contratação.

§ 1º *Nas licitações do tipo técnica e preço, deve-se:*

I - *incluir, para cada atributo técnico da planilha de pontuação, sua contribuição percentual com relação ao total da avaliação técnica; e*

II - *proceder a avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando se os critérios de maior peso são de fato os mais relevantes e se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.*

# Planejamento da Contratação.

**(TRT 5ª – Analista Judiciário – TI – 2013 - FCC)**

[43] A Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (MPOG/SLTI IN 04/2010), elenca, no que se refere às licitações dos tipos técnica e preço, as seguintes recomendações: [ADAPTADA]

- I. Incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame.
- II. Incluir, para cada atributo técnico da planilha de pontuação, sua contribuição percentual com relação ao total da avaliação técnica.
- III. Proceder à avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando se os critérios de maior peso são de fato os mais relevantes e, se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.
- IV. Fixar os fatores de ponderação das propostas técnicas e de preço sem justificativa.

As recomendações que são VEDADAS pela IN são APENAS:

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.



# Planejamento da Contratação.

**(TRT 5ª – Analista Judiciário – TI – 2013 - FCC)**

[43] A Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (MPOG/SLTI IN 04/2014), elenca, no que se refere às licitações dos tipos técnica e preço, as seguintes recomendações: [ADAPTADA]

- I. Incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame.
- II. Incluir, para cada atributo técnico da planilha de pontuação, sua contribuição percentual com relação ao total da avaliação técnica.
- III. Proceder à avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando se os critérios de maior peso são de fato os mais relevantes e, se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.
- IV. Fixar os fatores de ponderação das propostas técnicas e de preço sem justificativa.

As recomendações que são VEDADAS pela IN são APENAS:

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

# Planejamento da Contratação.

**(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)**

[74] De acordo com a Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, um dos itens exigidos no Projeto Básico é o Modelo de Gestão do Contrato. Este modelo deve contemplar, sempre que possível, os itens a seguir, exceto:

- a) fixação das rotinas de execução, com a definição de processos e procedimentos de fornecimento da solução de tecnologia da informação.
- b) fixação dos critérios de aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõem a solução de tecnologia da informação.
- c) fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- d) procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos termos de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no art. 73 da Lei n. 8.666, de 1993.
- e) procedimentos para emissão de nota fiscal e pagamento, descontados os valores oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções.

# Planejamento da Contratação.

**(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)**

[74] De acordo com a Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, um dos itens exigidos no Projeto Básico é o Modelo de Gestão do Contrato. Este modelo deve contemplar, sempre que possível, os itens a seguir, exceto:

- a) fixação das rotinas de execução, com a definição de processos e procedimentos de fornecimento da solução de tecnologia da informação.
- b) fixação dos critérios de aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõem a solução de tecnologia da informação.
- c) fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- d) procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos termos de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no art. 73 da Lei n. 8.666, de 1993.
- e) procedimentos para emissão de nota fiscal e pagamento, descontados os valores oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções.

# Planejamento da Contratação.

## Fases da Contratação de Acordo com a IN 04.

Prévia à IN 04.		Planejamento da Contratação		Seleção do Fornecedor	Gestão do Contrato
Planejamento de TI	<ul style="list-style-type: none"> <li>EGTIC.</li> <li>PEI – Plano estratégico institucional.</li> <li>PETI – Plano Estratégico de TI.</li> <li>PDTI - Plano Diretor de TI (único obrigatório aos órgãos vinculados à IN 04).</li> </ul>	<div> <div>DOD</div> <div>Estudos técnicos preliminares de acordo com a 8.666.</div> </div>	<div> <div>Lei 8.666</div> <div>Inst. Equipe Planejamento Contratação</div> <div>Estudo Técnico Preliminar da Contratação</div> <div>Análise de Riscos</div> <div>TR ou PB</div> <div>Edital</div> <div>Minuta de Contrato</div> </div>		
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>PSI – Plano de Segurança da Informação.</li> <li>PCN – Plano de Continuidade do Negócio.</li> </ul>				
Responsáveis		Área Requisitante	Equipe de Planejamento da Contratação: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrante Requisitante.</li> <li>- Integrante Técnico.</li> <li>- Integrante Administrativo.</li> </ul>		



# Seleção do Fornecedor.

Lei 10.520.

Art. 4º *A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

I - *a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;*

II - *do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;*

III - *do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;*


# Seleção do Fornecedor.


🌐 IN-04/2014


🌐 Art. 26. *A fase de Seleção do Fornecedor terá início com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico pela Área de Tecnologia da Informação à Área de Licitações.*


🌐 Art. 28. *Caberá a Área de Licitações conduzir as etapas da fase de Seleção do Fornecedor.*

# Seleção do Fornecedor.

 Art. 29. *Caberá a Área de Tecnologia da Informação, com a participação do Integrante Técnico, durante a fase de Seleção do Fornecedor:*

 I - *analisar as sugestões feitas pelas Áreas de Licitações e Jurídica para o Termo de Referência ou Projeto Básico e demais documentos;*

 II - *apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na resposta aos questionamentos ou às impugnações dos licitantes; e*

 III - *apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes.*

# Seleção do Fornecedor.

☞ *Art. 30. A fase de Seleção do Fornecedor se encerrará com a assinatura do contrato e com a nomeação do:*

☞ *I - Gestor do Contrato;*

☞ *II - Fiscal Técnico do Contrato;*

☞ *III - Fiscal Requisitante do Contrato; e*

☞ *IV - Fiscal Administrativo do Contrato.*

☞ *§ 1º As nomeações descritas neste artigo serão realizadas pela autoridade competente da Área Administrativa, observado o disposto nos incisos V, VI, VII e VIII do art. 2;*



# Seleção do Fornecedor.

## **(TRT 16ª – Analista Judiciário – TI – 2014 - FCC)**

[48] O Capítulo II da Instrução Normativa MP/SLTI no 04, de 2014, está dividido em 3 seções que contemplam todo o procedimento para execução das fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedor e Gerenciamento do Contrato. Na Seção II do capítulo II, que trata da Seleção de Fornecedor, afirma-se que [ADAPTADA]

- a) a fase de Seleção do Fornecedor se encerrará com a assinatura do contrato e com a nomeação do Gestor do Contrato.
- b) caberá exclusivamente à Área Jurídica apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes.
- c) caberá exclusivamente à Área de Planejamento e Contratação apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na resposta aos questionamentos ou às impugnações dos licitantes.
- d) caberá à Área de Licitações conduzir as etapas da fase de Seleção do Fornecedor.
- e) caberá à Área de Licitações analisar as sugestões feitas pela área de TI para o Termo de Referência ou Projeto Básico e demais documentos.

# Seleção do Fornecedor.

## (TRT 16ª – Analista Judiciário – TI – 2014 - FCC)

[48] O Capítulo II da Instrução Normativa MP/SLTI no 04, de 2014, está dividido em 3 seções que contemplam todo o procedimento para execução das fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedor e Gerenciamento do Contrato. Na Seção II do capítulo II, que trata da Seleção de Fornecedor, afirma-se que [ADAPTADA]

- a) a fase de Seleção do Fornecedor se encerrará com a assinatura do contrato e com a nomeação do Gestor do Contrato.
- b) caberá exclusivamente à Área Jurídica apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes.
- c) caberá exclusivamente à Área de Planejamento e Contratação apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na resposta aos questionamentos ou às impugnações dos licitantes.
- d) caberá à Área de Licitações conduzir as etapas da fase de Seleção do Fornecedor.
- e) caberá à Área de Licitações analisar as sugestões feitas pela área de TI para o Termo de Referência ou Projeto Básico e demais documentos.

# Seleção do Fornecedor.

**(Câmara Municipal – SP – Consultor Técnico Legislativo – Informática – 2013 - FCC)**

[39] Segundo a Seção II (Seleção do Fornecedor) da Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - IN 04/2014, publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fase de Seleção do Fornecedor terá início com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico pela Área de [ADAPTADA]

- a) Tecnologia da Informação à Área de Licitações.
- b) Planejamento e Gestão à Área de Licitações.
- c) Planejamento e Infraestrutura à Área de Tecnologia da Informação.
- d) Tecnologia da Informação à Área de Contratos e Compras.
- e) Licitações à Área de Tecnologia da Informação.

# Seleção do Fornecedor.

**(Câmara Municipal – SP – Consultor Técnico Legislativo – Informática – 2013 - FCC)**

[39] Segundo a Seção II (Seleção do Fornecedor) da Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - IN 04/2014, publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fase de Seleção do Fornecedor terá início com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico pela Área de [ADAPTADA]

a) Tecnologia da Informação à Área de Licitações.

b) Planejamento e Gestão à Área de Licitações.

c) Planejamento e Infraestrutura à Área de Tecnologia da Informação.

d) Tecnologia da Informação à Área de Contratos e Compras.

e) Licitações à Área de Tecnologia da Informação.




# Seleção do Fornecedor.

## Fases da Contratação de Acordo com a IN 04.

Fases da Contratação de Acordo com a IN 04.				
Prévia à IN 04.		Planejamento da Contratação		Gestão do Contrato
Planejamento de TI	<ul style="list-style-type: none"> <li>EGTIC.</li> <li>PEI – Plano estratégico institucional.</li> <li>PETI – Plano Estratégico de TI.</li> <li>PDTI - Plano Diretor de TI (único obrigatório aos órgãos vinculados à IN 04).</li> </ul>	<p>Estudos técnicos preliminares de acordo com a 8.666.</p> <p>DOD</p>	<p>Lei 8.666</p> <p>Inst. Equipe Planejamento Contratação</p> <p>Estudo Técnico Preliminar da Contratação</p> <p>Análise de Riscos</p> <p>TR ou PB</p> <p>Edital</p> <p>Minuta de Contrato</p>	<p>Análise pela Área de Licitações</p> <p>Análise pela Área Jurídica</p> <p>Licitação 8.666</p> <p>Homologação / Adjudicação</p> <p>Lei 8.666, Art. 38. Pode alterar a documentação da Licitação.</p>
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>PSI – Plano de Segurança da Informação.</li> <li>PCN – Plano de Continuidade do Negócio.</li> </ul>			
Responsáveis	Área Requisitante	<p>Equipe de Planejamento da Contratação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrante Requisitante.</li> <li>- Integrante Técnico.</li> <li>- Integrante Administrativo.</li> </ul>	Área de Licitações.	

# Gestão do Contrato.

 Art. 25. *A fase de Gerenciamento do Contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a Solução de Tecnologia da Informação durante todo o período de execução do contrato.*

# Gestão do Contrato.

Esta fase envolve:

- Solicitação dos serviços.
- Acompanhamento.
- Fiscalização da execução.
- Avaliação da qualidade e aderência às especificações.
- Ateste da realização dos trabalhos.
- Aplicação de penalidades.
- Pagamento.

# Gestão do Contrato.

## **(ANAC – Tecnologia da Informação – 2015 – ESAF)**

[69] Segundo a Instrução Normativa SLTI/MP n. 04/2010, o Plano de Inserção da contratada será elaborado

- a) apenas pelos Fiscais Técnico e Requisitante.
- b) pelo Gestor do Contrato e pelo Preposto da contratada.
- c) apenas pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato.
- d) pelos Fiscais Técnico e Requisitante e pelo Preposto da contratada.
- e) pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante e pelo Gestor do Contrato.



# Gestão do Contrato.

## **(ANAC – Tecnologia da Informação – 2015 – ESAF)**

[69] Segundo a Instrução Normativa SLTI/MP n. 04/2010, o Plano de Inserção da contratada será elaborado

- a) apenas pelos Fiscais Técnico e Requisitante.
- b) pelo Gestor do Contrato e pelo Preposto da contratada.
- c) apenas pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato.
- d) pelos Fiscais Técnico e Requisitante e pelo Preposto da contratada.
- e) pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante e pelo Gestor do Contrato.

# Gestão do Contrato.

## **(TCE-SP – Gestão de Projetos e GTI – 2014 – Vunesp)**

[75] Segundo a literatura, a função básica e o foco de trabalho de um preposto de uma empresa contratada para executar um contrato de TI é

- (A) cobrir as férias dos profissionais envolvidos na execução do projeto.
- (B) conferir a correção dos códigos fonte gerados pela equipe de desenvolvimento.
- (C) estar atualizado com as últimas novidades tecnológicas do mercado.
- (D) fazer a tradução dos documentos gerados para a língua inglesa.
- (E) fiscalizar e orientar os profissionais da empresa para um correto e pontual cumprimento do contrato.

# Gestão do Contrato.

## **(TCE-SP – Gestão de Projetos e GTI – 2014 – Vunesp)**

[75] Segundo a literatura, a função básica e o foco de trabalho de um preposto de uma empresa contratada para executar um contrato de TI é

(A) cobrir as férias dos profissionais envolvidos na execução do projeto.

(B) conferir a correção dos códigos fonte gerados pela equipe de desenvolvimento.

(C) estar atualizado com as últimas novidades tecnológicas do mercado.

(D) fazer a tradução dos documentos gerados para a língua inglesa.

(E) fiscalizar e orientar os profissionais da empresa para um correto e pontual cumprimento do contrato.

# Gestão do Contrato.

**(PGJ-CE – Analista Ministerial – Ciências da Computação – 2013 – FCC)**

De acordo com a IN 04/2014, [ADAPTADA]

- a) as contratações de Aquisições de TI deverão seguir quatro fases: I. Planejamento da Contratação; II. Planejamento da Licitação; III. Seleção da Aquisição; e IV. Gerenciamento do Contrato.
- b) a execução da fase de Planejamento da Contratação não é obrigatória no caso de ter havido dispensa de licitação ou licitação dispensada.
- c) em consequência da padronização existente no mercado de TI, é aceita unicamente a utilização da modalidade Pregão Público para as contratações.
- d) a fase de Seleção do Processo de Licitação terá início com o recebimento pela Área Financeira do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da Área Requisitante do Contrato. Esta fase não necessita ser conhecida pela Área de TI.
- e) a fase de Gerenciamento do Contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a Solução de TI durante todo o período de execução do contrato.



# Gestão do Contrato.

**(PGJ-CE – Analista Ministerial – Ciências da Computação – 2013 – FCC)**

De acordo com a IN 04/2014, [ADAPTADA]

a) as contratações de Aquisições de TI deverão seguir quatro fases: I. Planejamento da Contratação; II. Planejamento da Licitação; III. Seleção da Aquisição; e IV. Gerenciamento do Contrato.

b) a execução da fase de Planejamento da Contratação não é obrigatória no caso de ter havido dispensa de licitação ou licitação dispensada.

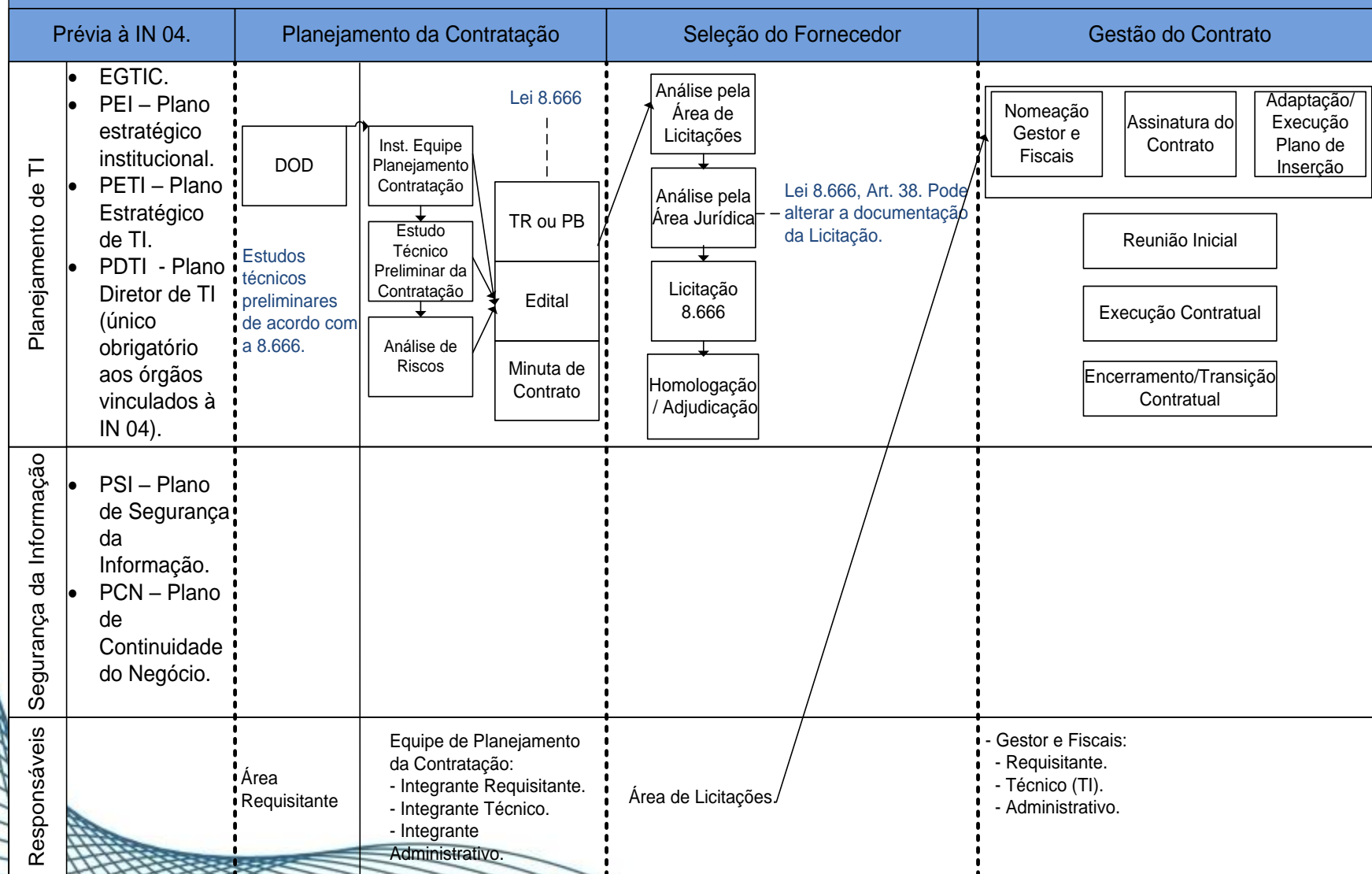
c) em consequência da padronização existente no mercado de TI, é aceita unicamente a utilização da modalidade Pregão Público para as contratações.

d) a fase de Seleção do Processo de Licitação terá início com o recebimento pela Área Financeira do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da Área Requisitante do Contrato. Esta fase não necessita ser conhecida pela Área de TI.

e) a fase de Gerenciamento do Contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a Solução de TI durante todo o período de execução do contrato.

# Gestão do Contrato.

## Fases da Contratação de Acordo com a IN 04.




# Resolução CNJ nº 90.

☎ Trata dos requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.

☎ *Art. 4º O Tribunal deve desenvolver ou contratar o desenvolvimento de sistemas de informação obedecendo aos requisitos estabelecidos nesta Resolução e ao disposto na Lei nº 11.419/2006.*

☎ *Parágrafo único. Optando pela contratação, o Tribunal deverá fazer constar no instrumento contratual cláusula que determine que a propriedade intelectual dos códigos-fonte é da pessoa de direito público contratante, inclusive os referentes ao fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, manutenção e atualizações.*

# Resolução CNJ nº 90.

 *Art. 5º Na contratação de sistemas de informação em que a propriedade intelectual não é da pessoa de direito público contratante, o Tribunal deverá fazer constar no instrumento contratual cláusula que determine o depósito do código-fonte junto à autoridade brasileira que controla a propriedade intelectual de softwares para garantia da continuidade dos serviços em caso de rescisão contratual ou encerramento das atividades da contratada.*



# Resolução CNJ nº 90.

(TRT 3ª – Analista Judiciário – TI – 2015 – FCC)

[37] De acordo com a Resolução CNJ no 90/2009, na contratação de sistemas de informação em que a propriedade intelectual não é da pessoa de direito público contratante, o Tribunal deverá fazer constar no instrumento contratual cláusula que

(A) determine o depósito do código-fonte junto à autoridade brasileira que controla a propriedade intelectual de softwares para garantia da continuidade dos serviços em caso de rescisão contratual ou encerramento das atividades da contratada.

(B) determine o depósito judicial de valores correspondentes a dez vezes o valor dos softwares contratados e mais três anos de manutenção garantidos a fim de se precaver em caso de encerramento das atividades, falência ou insolvência da contratada.

# Resolução CNJ nº 90.

(TRT 3ª – Analista Judiciário – TI – 2015 – FCC)

(D) defina o depósito judicial de valores correspondentes a dez vezes o valor dos softwares contratados e mais o depósito do código-fonte, sempre da versão mais recente, nas bases de dados do órgão contratante, em caso de rescisão contratual ou encerramento das atividades da contratada.

(E) determine o depósito judicial de valores correspondentes a dez vezes o valor dos softwares contratados, três anos de manutenção garantidos e mais o depósito do código-fonte, sempre da versão mais recente, nas bases de dados do órgão contratante, em caso de rescisão contratual ou encerramento das atividades da contratada.

# Resolução CNJ nº 90.

(TRT 3ª – Analista Judiciário – TI – 2015 – FCC)

[37] De acordo com a Resolução CNJ no 90/2009, na contratação de sistemas de informação em que a propriedade intelectual não é da pessoa de direito público contratante, o Tribunal deverá fazer constar no instrumento contratual cláusula que

(A) determine o depósito do código-fonte junto à autoridade brasileira que controla a propriedade intelectual de softwares para garantia da continuidade dos serviços em caso de rescisão contratual ou encerramento das atividades da contratada.

(B) determine o depósito judicial de valores correspondentes a dez vezes o valor dos softwares contratados e mais três anos de manutenção garantidos a fim de se precaver em caso de encerramento das atividades, falência ou insolvência da contratada.

# Resolução CNJ nº 99.

🌐 Responsável por tratar o PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no Poder Judiciário.

🌐 *Art. 1º Fica instituído o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, com suas metas e indicadores, constante do Anexo I desta Resolução, sintetizado nos seguintes componentes:*



# Resolução CNJ nº 182.

- É aplicada às Contratações de Soluções de TIC pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- É o CNJ que define as diretrizes nacionais para nortear a atuação institucional dos órgãos do Judiciário brasileiro, ou seja, estamos falando do poder Judiciário.

# Resolução CNJ nº 182.

## (TRF 1ª – Informática – 2014 - FCC)

[47] De acordo com a Resolução CNJ 182 de 17/10/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável por auxiliar a Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser composta, sempre que possível e necessário, pelos integrantes: servidor representante da Área

I. Administrativa indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por apoiar e orientar os integrantes das áreas Demandante e de Tecnologia da Informação e Comunicação nos aspectos administrativos da contratação.

II. Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos funcionais da solução a ser contratada, e pela condução dos trabalhos da equipe de planejamento.

III. de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos técnicos da solução a ser contratada.

Os integrantes I, II e III referem-se, correta e respectivamente, a

(A) Gestor do contrato, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

(B) Administrativo, Demandante e Técnico.

(C) Gestor administrativo, Gestor de planejamento e Gestor técnico.

(D) Administrativo, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

(E) Gestor do contrato, Gestor demandante e Gestor técnico.

# Resolução CNJ nº 182.

## (TRF 1ª – Informática – 2014 - FCC)

[47] De acordo com a Resolução CNJ 182 de 17/10/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável por auxiliar a Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser composta, sempre que possível e necessário, pelos integrantes: servidor representante da Área

I. Administrativa indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por apoiar e orientar os integrantes das áreas Demandante e de Tecnologia da Informação e Comunicação nos aspectos administrativos da contratação.

II. Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos funcionais da solução a ser contratada, e pela condução dos trabalhos da equipe de planejamento.

III. de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos técnicos da solução a ser contratada.

Os integrantes I, II e III referem-se, correta e respectivamente, a

(A) Gestor do contrato, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

(B) Administrativo, Demandante e Técnico.

(C) Gestor administrativo, Gestor de planejamento e Gestor técnico.

(D) Administrativo, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

(E) Gestor do contrato, Gestor demandante e Gestor técnico.

# Resolução CNJ nº 182.

## (CNMP – Desenvolvimento de Sistemas – 2014 – FCC)

[52] Considere a Resolução no 102, de 23 de Setembro de 2013 do CNMP e as seguintes situações referentes a um processo de contratação de soluções de TI:

I. No contrato ficou estabelecido que a execução da fase de Planejamento da Contratação seria desnecessária porque o tipo de contratação seria feito por inexigibilidade de licitação.

II. O contrato vedou o reembolso de despesas de transporte e hospedagem à contratada.

III. O contrato estabeleceu como obrigatória somente a fase de Planejamento da Execução porque, tratando-se de fornecedor exclusivo, foram dispensadas as fases de Seleção do Fornecedor e de Gerenciamento do Contrato.

IV. Foi vedada, no edital, a publicação da remuneração dos funcionários da contratada.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) II e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

(E) IV.



# Resolução CNJ nº 182.

## (CNMP – Desenvolvimento de Sistemas – 2014 – FCC)

[52] Considere a Resolução no 102, de 23 de Setembro de 2013 do CNMP e as seguintes situações referentes a um processo de contratação de soluções de TI:

I. No contrato ficou estabelecido que a execução da fase de Planejamento da Contratação seria desnecessária porque o tipo de contratação seria feito por inexigibilidade de licitação.

II. O contrato vedou o reembolso de despesas de transporte e hospedagem à contratada.

III. O contrato estabeleceu como obrigatória somente a fase de Planejamento da Execução porque, tratando-se de fornecedor exclusivo, foram dispensadas as fases de Seleção do Fornecedor e de Gerenciamento do Contrato.

IV. Foi vedada, no edital, a publicação da remuneração dos funcionários da contratada.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) II e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

(E) IV.

# Resolução CNJ nº 182.

## **(TRT 3ª – Técnico Judiciário – TI – 2015 – FCC)**

Para fins da Resolução CNJ no 182/2013, considera-se que a Equipe de Gestão da Contratação é responsável por gerir a execução contratual. Tal equipe é composta pelo

- a) Fiscal Técnico, responsável por gerir a execução do contrato e Gestor Administrativo, apenas.
- b) Gerente da área Demandante e Fiscal do Contrato, responsáveis por gerir a execução do contrato e sempre junto com o Gerente de Suprimentos.
- c) Gerente de Suprimentos, responsável por gerir a execução contratual e sempre que possível e necessário, pelo Gerente e Fiscal da Área Demandante.
- d) Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo.
- e) Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos Fiscais Técnicos, apenas.

# Resolução CNJ nº 182.

## (TRT 3ª – Técnico Judiciário – TI – 2015 – FCC)

Para fins da Resolução CNJ no 182/2013, considera-se que a Equipe de Gestão da Contratação é responsável por gerir a execução contratual. Tal equipe é composta pelo

- a) Fiscal Técnico, responsável por gerir a execução do contrato e Gestor Administrativo, apenas.
- b) Gerente da área Demandante e Fiscal do Contrato, responsáveis por gerir a execução do contrato e sempre junto com o Gerente de Suprimentos.
- c) Gerente de Suprimentos, responsável por gerir a execução contratual e sempre que possível e necessário, pelo Gerente e Fiscal da Área Demandante.
- d) Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo.
- e) Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual e, sempre que possível e necessário, pelos Fiscais Técnicos, apenas.

# Resolução CNJ nº 182.

## **(TRT 1ª – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)**

De acordo com a Resolução CNJ 182 de 17/10/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável por auxiliar a Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser composta, sempre que possível e necessário, pelos integrantes: servidor representante da Área.

I. Administrativa indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por apoiar e orientar os integrantes das áreas Demandante e de Tecnologia da Informação e Comunicação nos aspectos administrativos da contratação.

II. Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos funcionais da solução a ser contratada, e pela condução dos trabalhos da equipe de planejamento.

III. de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos técnicos da solução a ser contratada.



# Resolução CNJ nº 182.

## **(TRT 1ª – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)**

De acordo com a Resolução CNJ 182 de 17/10/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável por auxiliar a Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser composta, sempre que possível e necessário, pelos integrantes: servidor representante da Área.

Os integrantes I, II e III referem-se, correta e respectivamente, a

- a) Gestor do contrato, Preposto e Fiscal técnico do contrato.
- b) Administrativo, Demandante e Técnico
- c) Gestor administrativo, Gestor de planejamento e Gestor técnico.
- d) Administrativo, Preposto e Fiscal técnico do contrato.
- e) Gestor do contrato, Gestor demandante e Gestor técnico.

# Resolução CNJ nº 182.

## (TRT 1ª – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)

De acordo com a Resolução CNJ 182 de 17/10/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável por auxiliar a Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser composta, sempre que possível e necessário, pelos integrantes: servidor representante da Área.

Os integrantes I, II e III referem-se, correta e respectivamente, a

a) Gestor do contrato, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

b) Administrativo, Demandante e Técnico

c) Gestor administrativo, Gestor de planejamento e Gestor técnico.

d) Administrativo, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

e) Gestor do contrato, Gestor demandante e Gestor técnico.

# Resolução CNJ nº 182.

## **(TRT 3ª – Analista Judiciário – TI – 2015 – FCC)**

Na Gestão de Aquisições e Contratos de TI, quanto ao plano e planejamento das contratações, a Resolução CNJ nº 182/2013 recomenda que as contratações sejam precedidas de planejamento elaborado em harmonia com o Planejamento Estratégico

- a) de Tecnologia da Informação e Comunicação alinhado com os requisitos de infraestrutura estabelecidos pela Administração de TI.
- b) do Poder Judiciário, alinhado com o Planejamento Estratégico Governamental.
- c) Institucional ou Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhados com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.
- d) Institucional e com os requisitos de infraestrutura estabelecidos pela Administração de TI, alinhados com o Planejamento Estratégico Governamental.
- e) do Poder Judiciário e com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, alinhados com o Planejamento Estratégico Governamental.

# Resolução CNJ nº 182.

## (TRT 3ª – Analista Judiciário – TI – 2015 – FCC)

Na Gestão de Aquisições e Contratos de TI, quanto ao plano e planejamento das contratações, a Resolução CNJ nº 182/2013 recomenda que as contratações sejam precedidas de planejamento elaborado em harmonia com o Planejamento Estratégico

- a) de Tecnologia da Informação e Comunicação alinhado com os requisitos de infraestrutura estabelecidos pela Administração de TI.
- b) do Poder Judiciário, alinhado com o Planejamento Estratégico Governamental.
- c) Institucional ou Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhados com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.
- d) Institucional e com os requisitos de infraestrutura estabelecidos pela Administração de TI, alinhados com o Planejamento Estratégico Governamental.
- e) do Poder Judiciário e com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, alinhados com o Planejamento Estratégico Governamental.



**E por hoje é só pessoal.**



**PROVAS DE TI**  
TUDO PARA VOCÊ PASSAR

[www.professorgabrielpacheco.com.br](http://www.professorgabrielpacheco.com.br)  
[twitter.com/gabrielpacheco](https://twitter.com/gabrielpacheco)  
<http://www.itnerante.com.br/group/contratos-e-auditoria-de-ti>  
[www.provasdeti.com.br](http://www.provasdeti.com.br)